
Dossiê: Patrimônio e Relações Internacionais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.30980>

Troféus de guerra e relações diplomáticas

War Trophies and diplomatic relations

Trofeos de guerra y relaciones diplomáticas

Bruno Miranda Zétola*

<http://orcid.org/0000-0003-1863-2607>

RESUMO: Troféus de guerra são uma categoria muito específica de patrimônio, visto tratar-se de artefatos militares obtidos no campo de batalha e cujo valor cultural é aferido após sua apreensão. Prática recorrente desde a Antiguidade clássica, a obtenção e exibição de troféus de guerra nunca foi considerada ilícito internacional. Suas implicações para as relações internacionais, entretanto, podem ser significativas, consoante a valorização do artefato tornado troféu pelas narrativas historiográficas das sociedades que o perdem ou que o conquistam. Este artigo examina as singularidades do troféu de guerra como patrimônio cultural e sua relevância para as relações diplomáticas. A partir de três estudos de caso, aponta-se para possíveis paradigmas do uso desse tipo de patrimônio como recurso de política externa.

Palavras-chave: Patrimônio. Troféus de guerra. Relações diplomáticas.

ABSTRACT: War trophies are a very specific category of heritage, since they are military artifacts obtained on the battlefield and whose cultural value is conferred after their apprehension. Dating back to classical antiquity, the act of obtaining and displaying war trophies has never been considered an international crime. Its implications for international relations, however, can be significant, depending on the valorization of the artifact made trophy by the historiographical narratives of the societies that lost it or that conquered it. This article examines the singularities of the war trophy as cultural heritage and its relevance to diplomatic relations. Based on three case studies, we point to possible paradigms for using this type of heritage as a foreign policy resource.

* Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), na linha de pesquisa “Cultura e Poder”. Autor de diversos artigos sobre o tema, especialmente sob a perspectiva das relações diplomáticas. Atualmente desenvolve estágio pós-doutoral no programa de pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, sob o tema “Quando o Itamaraty tinha bossa: a era de ouro da diplomacia cultural brasileira”. E-mail: brunozetola@gmail.com

Keywords: Heritage. War trophy. Diplomatic relations.

RESUMEN: Los trofeos de guerra son una categoría muy específica del patrimonio, ya que son artefactos militares obtenidos en el campo de batalla y cuyo valor cultural se evalúa después de su captura. Práctica recurrente desde la Antigüedad clásica, obtener y exhibir trofeos de guerra nunca fue considerado un delito internacional. Sin embargo, sus implicaciones para las relaciones internacionales pueden ser significativas, dependiendo de la valorización del artefacto hecho trofeo por las narrativas historiográficas de las sociedades que lo perdieron o lo conquistaron. Este artículo examina las singularidades del trofeo de guerra como patrimonio cultural y su relevancia para las relaciones diplomáticas. Con base en tres estudios de caso, señalamos posibles paradigmas para usar este tipo de patrimonio como un recurso de política exterior.

Palabras clave: Patrimônio. Trofeos de guerra. Relaciones diplomáticas.

Como citar este artigo:

Zétola, Bruno Miranda. “Troféus de guerra e relações diplomáticas”. *Locus: Revista de História*, 26, n.2 (2020): 123-149.

Quem controla o passado, controla o futuro; quem controla o presente,
controla o passado. (Orwell 1949)

No campo do patrimônio cultural, uma das categorias menos debatidas, embora das mais relevantes para as relações internacionais, é a dos troféus de guerra. A obtenção e exibição de troféus de guerra constituem práticas simbólicas recorrentes ao longo da história para a construção de narrativas de legitimação de poder. Desde a Antiguidade, campanhas militares são coroadas com retornos triunfais de exércitos portando, entre os butins, elementos claramente identificáveis ao exército da nação subjugada, como inquestionável prova de sua supremacia militar.

O troféu de guerra caracteriza-se, portanto, como um lugar de memória coletiva que simboliza e reforça valores essenciais para determinada sociedade, como patriotismo, republicanismo, sacrifício (Nora 1993). Há casos de troféus que recebem o estatuto de patrimônio cultural da nação vencedora, dada a projeção que adquiriram na historiografia da sociedade a que se integraram. Em outros casos, a valorização do troféu para a sociedade que o perdeu pode gerar um possível atritante diplomático com o estado que passou a detê-lo. Também registra-se casos em que o troféu é ressignificado, tornando-se um monumento votivo para ambos os ex-beligerantes.

Embora a legislação contemporânea internacional condene a subtração de bens culturais por combatentes em conflitos armados, os artefatos de guerra arrebanhados pelo estado vencedor como símbolos de sua conquistas não se enquadram em nenhuma legislação a respeito de condutas militares ou de proteção do patrimônio. Desse modo, a prática de retenção e exibição de troféus de guerra perseverou à marcha do tempo, sendo ainda recorrente em todo o mundo.

O presente artigo visa examinar a importância dos troféus de guerra na agenda das relações diplomáticas contemporâneas. Em um primeiro momento será feita uma abordagem conceitual, a partir de aproximações epistemológica, jurídica e histórica, para entender-se a singularidade desse tipo de patrimônio. Em seguida, serão apresentados três casos emblemáticos em que troféus de guerra foram protagonistas na agenda das relações diplomáticas de determinados países, cada um com um desfecho diferente: sua repatriação voluntária, como sinal de aproximação política; sua demanda unilateral, como forma de gerar um fato novo na agenda bilateral; e sua valorização como um monumento binacional, de forma a construir uma narrativa de concórdia e conciliação entre dois ex-contrincantes. A escolha desses casos deve-se à relevância que tais troféus ganharam na agenda diplomática dos países envolvidos e à sua representatividade tipológica para as relações diplomáticas. Desse modo, independentemente de seu valor cultural, o que interessa aqui é sobretudo examinar possíveis paradigmas do uso dos troféus de guerra como instrumento de ação diplomática no mundo contemporâneo.

Troféus de Guerra: uma categoria específica de patrimônio

O troféu de guerra é um patrimônio cultural que se distingue por três elementos: trata-se de um artefato militar que não se caracteriza como objeto histórico *a priori*; foi apreendido em um campo de batalha, não pilhado de um palácio, igreja ou museu; e passou por um processo de transculturação, isto é, adquiriu um novo significado para a sociedade a que passou a pertencer. De acordo com Isidoro de Sevilha, um dos maiores etimologistas do mundo clássico, a palavra troféu deriva do grego “*tropé*” - a volta e fuga do inimigo. Por isso, o general que colocava em fuga um inimigo era merecedor de um troféu (Reta e Casquero 1982, 182). Era a segunda maior honraria a que um homem público poderia almejar receber do seu estado por seus feitos de armas; encontrando-se apenas abaixo do triunfo, cerimônia reservada àqueles que aniquilavam totalmente o exército inimigo.

A história mostra que os primeiros troféus eram feitos de equipamentos militares do inimigo subjugado. Esses artefatos bélicos dispostos como monumentos poderiam ficar nos campos de batalha ou retornar com os vencedores, sempre com o propósito de recordar uma

vitoriosa campanha militar. Trata-se, em certa medida, de um espólio de guerra, mas de natureza muito particular. Considerá-los como um mero butim ou mesmo como reparação por danos do conflito seria reduzir esses patrimônios a uma perspectiva econômica, subtraindo todo o valor cultural que o caracteriza como troféu. Por outro lado, tampouco se trata de bens cujo caráter cultural é definido *a priori*, já que são equipamentos bélicos arrebatados de um campo de batalha, e não obras históricas ou artísticas. Cumpre observar que a definição de bens culturais costuma abranger mais do que obras de arte, incluindo todo artefato que expressa a forma de pensar e de ser de um povo, histórica e antropologicamente. Contudo, mesmo nessa conceitualização expandida de “bens culturais”, as armas de guerra não podem integrar tal categoria, já que, durante o conflito armado, não são vistas como bens culturais sequer pelo país que as construiu.

O que permite caracterizar o troféu de guerra como um patrimônio cultural e ao mesmo tempo o diferenciar dos demais itens de um espólio de guerra é justamente seu caráter imagético, que lhe dará um valor cultural ou afetivo *a posteriori*. Como elemento simbólico, o troféu só faz sentido no seio de determinado imaginário social adequadamente estruturado em relação a referenciais inteligíveis para a maioria da sociedade. Conforme sugeriu Baczko,

os bens simbólicos, que qualquer sociedade fabrica, nada têm de irrisório e não existem, efetivamente, em quantidade ilimitada. Alguns deles são particularmente raros e preciosos. A prova disso é que constituem o objecto de lutas e conflitos encarniçados e que qualquer poder impõe uma hierarquia sobre eles (Baczko 1985, 289).

É por isso que a maior parte dos troféus de guerra é constituída por equipamentos ou símbolos militares do oponente, epítome de seu poderio bélico e, portanto, inteligível a praticamente qualquer grupo social. Sua subtração da nação vencida não tem o objetivo de contribuir para o erário da nação vencedora ou de seus combatentes, mas sim o de manifestar publicamente uma vitória militar ou de recordar um heróico episódio bélico. Trata-se, portanto, de um instrumento ideológico poderoso pois, ao exercer a função de um lugar da memória, permite tornar inteligível a construção de uma narrativa laudatória dos feitos de armas de uma nação.

Por estar vinculado ao campo das ideologias, o troféu de guerra não possui um valor absoluto *per se*; sua apreciação depende, em larga medida, do conjunto de valores e referenciais da sociedade da qual ele foi subtraído e a qual ele passará a integrar. Nessa perspectiva, é natural que os troféus de guerra sejam algumas vezes mais valorizados pelas nações vencidas, à luz do valor simbólico e afetivo que lhe devotam, do que pelas vencedoras. Em outros casos, entretanto, nota-

se o fenômeno de transculturação do bem, isto é, de sua ressignificação e valorização pela sociedade a que passou a pertencer¹.

A construção de uma narrativa *a posteriori*, associada a práticas rituais de incorporação desse bem à nova sociedade, pode contribuir para dissociar o objeto de seu significado anterior e conferir-lhe novo sentido. São três os principais estágios que permitem essa transculturação e ressignificação. A primeira etapa ocorre em um contexto estritamente militar. As bandeiras e canhões desempenham um papel ativo nas batalhas, como armas, dispositivos de sinalização e de encorajamento. Uma vez capturados, passam às mãos do comandante estrangeiro e inicia-se a próxima etapa do processo de transculturação, com sua remoção para outro país em um contexto civil. Movendo fisicamente os objetos e expondo-os em novos contextos públicos, como um palácio, igreja ou arsenal, os objetos formam conexões com a sociedade ou com grupos sociais. O último passo é a patrimonialização dos objetos. Após a singularização e a exibição ritual, os bens são manuseados, armazenados e registrados de acordo com uma perspectiva museológica, de modo a inserirem-se como peças relevantes para uma narrativa mais ampla, geralmente ufanista, de determinada sociedade (Tetteris 2014, 33). É por meio da execução desses rituais, que podem ser desfiles militares, propaganda política, musealização, tombamento, que se confere uma identidade de patrimônio a um artefato de guerra, removendo-o do campo de batalha e assimilando-o como um monumento, a partir de determinada narrativa historiográfica e museográfica. Nesses casos, é possível que seu valor simbólico para o país que toma o troféu venha a ser maior do que para o país que o perde².

Em qualquer dos casos, é nítida a função do troféu como recurso inteligível da memória, permitindo vencer a barreira do tempo e tornar perene feitos de armas ocorridos em campos de batalha. Desse modo, conforme a apreciação desse bem para a sociedade vencedora ou vencida, o troféu de guerra poderá, de acordo com os sabores do tempo, ser instrumentalizado tanto como um elemento de aproximação quanto de atrito nas relações entre essas sociedades.

Troféus de Guerra: uma aproximação histórica

¹ Sobre esse tema é interessante a reflexão Christofoletti a respeito da repatriação de bens, ao apontar que “embora muita atenção se dê ao ato da repatriação em si, nem sempre a devolução da obra causa comoção ou retém significado maior nos países e/ou culturas que a produziram; caindo às vezes até no limbo do esquecimento e tornando-se, inclusive, inacessíveis ao público” (Christofoletti 2017, 124).

² Um exemplo seria a captura da bandeira nazista da 148ª Divisão de Infantaria Alemã pelo Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial. Atualmente exposta no Museu Marechal José Machado Lopes, é a única bandeira do gênero capturada pela Força Expedicionária Brasileira, o que a torna um elemento relevante para a história militar do Brasil. Para a Alemanha, seja pela quantidade de itens similares de que dispõe em seus acervos, seja pelo que lugar que ocupa em sua historiografia, é pouco relevante sua exibição em um museu brasileiro.

No imaginário social do mundo clássico, os troféus de guerra funcionavam simultaneamente como monumento histórico e religioso. Os gregos acreditavam que, assim como os deuses dirigiam e influenciavam as vidas humanas, eles também decidiam os resultados de conflitos e, portanto, consideravam seu dever render-lhes graças. O troféu servia não apenas como celebração de uma vitória, mas também como uma oferta votiva. Era, ao mesmo tempo, o símbolo visível do sucesso militar e do agradecimento público pela assistência dos deuses.

Um dos primeiros relatos a respeito dos troféus de guerra encontra-se na *Ilíada*, quando Ulisses e Diomedes matam Dolon (Homero 2020, 10.465-68). Eles tiram sua armadura, penduram-na em um arbusto de tamarisco e depois fazem uma oração a Atena, que os ajudou na batalha. No princípio, o troféu geralmente assumia a forma das armas e armaduras saqueadas do inimigo derrotado, penduradas ou pregadas no tronco de uma árvore ou poste. Era organizado na forma de uma figura, provavelmente representando um guerreiro vitorioso ou uma divindade ajudando na batalha; construído imediatamente após o final de uma batalha; geralmente no ponto do primeiro contato, ou no local onde o exército derrotado se virou para fugir, fazendo jus à etimologia, isto é, referindo-se ao ponto de virada da batalha, quando um lado alcançou uma vantagem decisiva sobre o outro. (Novakova e Salyova 2019, 192).

Com o passar do tempo, os troféus começaram a ser levados de regresso para as cidades dos vencedores, de forma tanto a capitalizar politicamente a conquista militar, quanto agradecer aos deuses em templos locais a boa fortuna obtida nos campos de batalha. O santuário de Delfos é exemplo emblemático dessa dupla perspectiva sobre os espólios de guerra - as armas ali depositadas permitiam, de forma pública e perene transmitir uma mensagem de sucesso para a era contemporânea e para as gerações futuras, que assim encontraram um foco para admirar e honrar a coragem de seus antepassados, e render um devido tributo aos deuses.

Os romanos emularam esse traço cultural grego e o levaram em suas conquistas a toda a Europa. Se no período republicano o exército romano queimava os armamentos inimigos como forma de oferenda aos deuses pelos bons auspícios, na época imperial os espólios de guerra serão usados na confecção de monumentos votivos. Nesses casos, além de agradecer aos deuses, os troféus serviam para veicular a *auctoritas* do general triunfante junto ao *populus*, exército e senado (Rich 2013). O cristianismo medieval manteve a estrutura desse ritual clássico dos triunfos pagãos, de oferecer à divindade uma prova tangível de reconhecimento pela proteção recebida durante um combate, embora revestido com um verniz da doutrina cristã. Desse modo, as entradas triunfais em espaços cívicos foram gradativamente substituídas por processões eclesiásticas, sendo as igrejas e basílicas o local primordial para pedir e agradecer os êxitos de armas (Zétola 2006). Até o século

XIX, há registro de troféus depositados em igrejas, como a dos Inválidos (França) e a de São Domingos (Argentina).

A consolidação dos estados nacionais, as reformas protestantes, o Iluminismo e a Revolução Francesa paulatinamente relativizaram o papel da religião no imaginário social ocidental, com impactos sobre a tradição ocidental de prestar oferenda ao outro mundo em tributo às glórias de armas. Efetivamente, não foi por uma questão religiosa, mas por um exercício de poder que Napoleão mandou fundir os canhões austríacos na batalha de Austerlitz para mandar erigir a famosa Coluna de Vendôme, de modo a competir uma segunda vez para a lembrança da batalha, já tão plena de significados afetivos por sobrepor a alegria da conquista à comemoração do primeiro aniversário da coroação de Napoleão (Stoiani 2002, 162). Do mesmo modo, tinha um valor mais político que religioso a exibição anual, pelo governador do Rio de Janeiro, de bandeiras francesas tomadas do corsário francês Duclerc, as quais eram amarradas ao rabo de cavalos, no âmbito de uma encenação de um simulacro do combate (Lagrange 1967, 60).

A despeito dessa mudança do eixo religioso para o cívico-ostentatório, o ocaso da Era dos Impérios e a ascensão de projetos nacionalistas por todos os lados conferiu ao tema dos troféus de guerra renovado vigor no século XIX. Não é por outro motivo senão um espírito de exaltação patriótica que o Barão do Rio Branco, em suas “Efemérides Brasileiras”³, esforça-se por minorar as perdas de troféus sofridas pelo Império nas diversas campanhas platinas. Na América do Norte, alguns exemplos são a tomada da bandeira texana “New Orleans Grey” pela infantaria mexicana na batalha de El Alamo, em 1836; e a tomada do pavilhão mexicano por tropas norte-americanas do Castelo de Chapultepec, em 1847. Na América espanhola, após as frustradas tentativas de invasão britânicas no início do século XIX ao Vice-Reino do Prata, os espanhóis capturaram uma série de bandeiras, que ainda hoje se encontram expostas na cidade de Buenos Aires. Já no continente asiático, um exemplo conhecido é o dos sinos das igrejas de Balangiga, usados como sinal para um ataque surpresa filipino e, posteriormente, tomado como troféu de guerra pelos norte-americanos na guerra entre os dois países. E para o continente africano, há quem diga que os famosos bronzes do Bênin teriam sido levados a Londres como troféu de guerra pelos ingleses no contexto dos conflitos ocorridos na cidade em 1897.

³ Como na Batalha de Ituzáingo (“apenas um canhão, cujas rodas se quebraram, caiu em poder do inimigo. Este foi o seu único troféu da jornada”); em escaramuças navais entre corsários brasileiros e a armada argentina, em 1828 (“a bandeira do pobre e insignificante corsário foi recolhida com grande aparato pelo almirante e levada a Buenos Aires como troféu”); e na defesa da cidade Jaguarão contra o ataque do exército uruguaio (“O governo de Montevideú fez acreditar aos seus partidários que Muñoz obtivera uma brilhante vitória no Jaguarão, e festejou-a, fazendo arrastar pelas ruas uma bandeira brasileira, que declarou ter sido tomada naquele combate.”). (Garcia 2012, 168; 36; 89).

Paralelamente, no rescaldo das pilhagens sem precedentes efetuadas pelas tropas napoleônicas, o século XIX também testemunhou o surgimento das primeiras legislações referentes à proteção do patrimônio cultural. Se a pilhagem passará a ser definida como crime, a prática de apreender equipamentos militares inimigos, incluindo entre esses os que se tornam troféus de guerra do estado captor, continuou a ser considerada um ato legítimo e aceitável em conflitos armados internacionais. Os princípios de repatriação inaugurados pelo Duque de Wellington na Paris ocupada integrariam, posteriormente, uma das primeiras codificações a respeito da preservação do patrimônio em tempos de guerra - o Código de Lieber, encomendado pelo presidente norte-americano Abraham Lincoln durante a Guerra de Secessão. Elaborado pelo cientista político Francis Lieber, que havia lutado em Waterloo no exército prussiano e acompanhado os tumultos na capital francesa decorrentes das pilhagens napoleônicas, foi o primeiro código a estabelecer como regra a prática de longa data em conflitos armados segundo a qual uma parte no conflito pode apreender equipamentos militares pertencentes a uma parte adversa como butim de guerra. Nessa perspectiva, o Código de Lieber determina que, “de acordo com a moderna lei da guerra”, todo o butim pertence ao governo do apreensor e não ao indivíduo que o apreende⁴. Já da perspectiva do patrimônio, recomenda-se preservar a integridade das obras de arte clássicas, coleções científicas e instrumentos técnicos (Art. 35), mas permite que, sejam levadas como espólio em benefício da nação vencedora, contanto que não colocadas à venda (Art. 36). Parece pouco, mas se reconhecia, pela primeira vez, o valor histórico e artístico do patrimônio.

O Código Lieber, por seu pioneirismo, teve forte influência nos documentos internacionais que surgiram nos anos seguintes propondo regras para conflitos armados. Na Declaração de Bruxelas (1874), nota-se a condenação da prática de destruição de bens culturais (Decl. Brux. Art. 8); na I Convenção da Haia (1899), declara-se a neutralidade dos bens culturais, “contanto que não utilizados para fins militares” (Conv. Haia, I Art. II, 27 e 56), o que evidentemente exclui os troféus de guerra; e na II Convenção da Haia (1907), condena-se a prática da pilhagem (Conv. Haia II, IV. 47.), mas se estabelece expressamente quais são os bens passíveis de ser apreendidos por um exército de ocupação de Estado inimigo: “dinheiro, fundos e valores mobiliários que são estritamente de propriedade do Estado, depósitos de armas, meios de transporte, e suprimentos, além de todos os bens móveis pertencentes ao Estado que possam ser usado para operações militares” (Conv. Haia II, IV, 53.) Os contratantes da Convenção da Haia não apenas revestem de legalidade a apreensão de equipamentos militares do inimigo como dispõem de um entendimento

⁴ Cod. Lieb. 45. O princípio será refletido em vários manuais militares contemporâneos, incluindo o Código Penal Militar brasileiro, que admite a pena capital ao militar que venha a saquear território ocupado. (Art. 406).

amplo do que poderia ser considerado butim de guerra, contemplando quaisquer bens do Estado oponente, não apenas aqueles apreendidos no campo de batalha.

Outro documento relevante para o desenvolvimento do conceito de proteção do patrimônio cultural em conflitos armados foi o Pacto de Roerich, aprovado na VII Conferência Pan-Americana de Montevideu (1933). Trata-se da primeira legislação de proteção de patrimônio cultural a que se submeteram muitos dos países americanos, por meio da internalização do tratado (Guedes 2018). Sua essência residia em declarar a neutralidade e deixar identificável, em tempos de guerra, “os monumentos históricos, os museus e as instituições científicas, artísticas, educativas e culturais”. O documento não abordou o tema dos armamentos e artefatos de guerra, pois não os considerava como potenciais patrimônios culturais.

Pouco tempo depois, seria deflagrada a Segunda Guerra Mundial, um dos momentos de maior apreensão e mobilidade de troféus de guerra na história. Em todo o mundo, milhares de bens foram tomados, especialmente das potências do Eixo, e integrados a acervos de museus de forma a constituir narrativas valorizadoras do sacrifício de seus combatentes e de seus ideais pátrios. Um exemplo paradigmático do uso de troféus de guerra nesse período é o do vagão do armistício de Compiègne, da Primeira Guerra Mundial. Hitler exigiu que a capitulação francesa fosse assinada no mesmo vagão que, anos antes, testemunhara a rendição alemã. Utilizado como potente veículo de transmissão da hegemonia militar alemã e da subjugação das forças francesas, o vagão foi levado à Alemanha como um dos principais troféus de guerra do nazismo.

Findo o conflito e verificada a pouca efetividade das convenções anteriores, a comunidade internacional aposta no entendimento cultural como um dos elementos prioritários na agenda multilateral. São frutos desse espírito de concórdia do pós-Guerra a Convenção de Genebra de 1949 e a Convenção da UNESCO de 1954⁵. A Convenção de 1949 legitima a apreensão de equipamentos militares de oponentes, ao afirmar que os prisioneiros de guerra poderão manter seus artigos de uso pessoal, “exceto armas, cavalos, equipamento militar” (Art 18, par I.). Ademais, dispõe que distintivos de posição e nacionalidade, decorações e artigos que tenham um valor essencialmente pessoal ou sentimental não podem ser retirados dos prisioneiros de guerra. (Art 18, par 3). O texto da Convenção da Haia de 1954, por seu turno, apresenta uma renovada proposta de proteção do patrimônio cultural, mas é absolutamente indiferente à prática de apreensão de artefatos bélicos por parte dos exércitos vencedores. Não se inclui esse tipo de bem em seu extenso Artigo 1, que elenca uma série de bens que poderiam ser tipificados como patrimônio cultural. No

⁵ Não por acaso, o preâmbulo da Constituição da UNESCO, de 1945, identifica que “a ignorância dos modos de vida uns dos outros tem sido uma causa comum, através da história da humanidade, de suspeita e desconfiança entre os povos do mundo, causando guerras”

artigo 14, que dispõe sobre os bens que gozariam de imunidade de captura, tampouco há qualquer referência que possa incluir algum troféu de guerra. Os dois protocolos adicionais que se somaram à convenção, que ainda constitui a principal legislação internacional para proteção do patrimônio cultural, também tangenciam o tema do butim de guerra, não condenando a prática de captura de propriedade militar adversária (Henckaerts 1999).

Novo marco para a trajetória da proteção do patrimônio cultural é a Convenção da UNESCO de 1970, relativa às medidas a serem adotadas para impedir a exportação e a transferência compulsórias de propriedade de bens culturais, que decorram direta ou indiretamente da ocupação de um país por uma potência estrangeira. Esse talvez seja o ato normativo que mais se aproxima da questão dos pedidos de repatriamento de troféus de guerra na legislação contemporânea, sobretudo em vista de que os bens relacionados com a história militar e com os acontecimentos de importância nacional aparecem como um tipo de bem passível de proteção pela Convenção (Art.1 Alin. b.) Seria exagero, contudo, afirmar que tal normativa impede a prática de apreensão e exibição de troféus de guerra. Como a Convenção dispõe sobre bens relacionados à história militar e nacional, isso pressupõe certo distanciamento histórico para poder categorizar aqueles artefatos como bens relevantes para a história de determinado país. Outro fosse o entendimento, um estado poderia declarar todo seu arsenal de guerra patrimônio cultural visando a impedir sua tomada pelo exército oponente. Esse raciocínio já estava presente, aliás, na Convenção de 1954, que determina não poder ser objeto de proteção os bens utilizados para fins militares (Conv. Haia. 1954. VIII, b.)

A legislação internacional mais recente a respeito do tema possivelmente é a Resolução 2347 do Conselho de Segurança da ONU, aprovada por unanimidade em 24 de março de 2017. O documento é interessante por ser a primeira vez na história que uma resolução da ONU abrange toda a variedade de ameaças ao patrimônio cultural, sem nenhuma limitação geográfica ou de autoria dos crimes contra o patrimônio. O texto inclui dois dos principais resultados de importante conferência internacional a respeito do tema realizada em Abu Dhabi, em 2016: a criação de um fundo internacional e a organização de uma rede de locais seguros para bens culturais em perigo. A resolução encoraja os estados a envidar esforços para a proteção de seu próprio patrimônio, por meio de inventários e de depósitos seguros e identificáveis. (Pár. 16). Evidentemente que um artefato militar não poderia receber tal estatuto, por ser empregado diretamente no campo de batalha. Desse modo, por exclusão, também esse documento considera legítima a prática de apreensão de troféus de guerra em conflitos contemporâneos.

Não encontrando quaisquer impeditivos na legislação internacional, a prática de apreensão e exibição de troféus de guerra persevera pelo curso do tempo e persiste como um dos traços

culturais mais duradouros da civilização ocidental. O que evoluiu significativamente foi a distinção entre a apreensão de bens culturais ou de propriedade individual de combatentes, considerados como pilhagem, daqueles bens públicos de uso militar do oponente, que podem ser retirados do campo de batalha para a segurança das tropas. Ao examinar-se recentes ações bélicas britânicas, percebe-se essa distinção muito claramente. Por um lado, há registros de combatentes britânicos que enfrentaram a corte marcial por reter bens de propriedade privada de soldados iraquianos (Nightingale 2013). Por outro lado, a exibição da bandeira do chamado Estado Islâmico no Imperial War Museum de Londres demonstra que a prática de obter troféus de guerra para glorificar as campanhas militares de um estado segue atual. (Imperial War Museum 2019, 20).

Se o ato de apreensão e exibição de troféus de guerra não pode ser considerado um ilícito internacional, isso não significa que tal prática não possa gerar demandas, controvérsias, atritos, sinalizações de boa vontade e de aproximação entre dois ex-contrincantes. Alguns casos recentes auxiliam a desvelar a relevância e atualidade do tema para as relações internacionais.

A devolução unilateral de troféus de guerra: o caso das bandeiras mexicanas tomadas por Napoleão III

Uma das aventuras militares mais inusitadas do século XIX, que comprova que o realismo mágico não poderia ter tido melhor berço que a América Latina, foi a invasão do México por tropas francesas para alçar ao poder um arquiduque Habsburgo. Como se sabe, o Estado mexicano estava falido após a guerra contra os Estados Unidos (1846-48) e de um severo conflito civil (1857-61), motivo que levou o presidente Benito Juárez a declarar a moratória da dívida externa. Era o pretexto de que precisava Napoleão III para apoiar o projeto das elites conservadoras de estabelecer o Segundo Império Mexicano. Malfadada uma efêmera aliança tripartite com espanhóis e britânicos, os franceses projetam-se em voo solo nessa empreitada colonialista, que visava, em última análise, estabelecer um protetorado no México para ampliar a área de influência para seus produtos e, ao mesmo tempo, apoiar a administração das Antilhas e demais colônias francesas na América, garantindo a estabilidade de fornecimento de matérias-primas à França.

Após a épica vitória mexicana na Batalha de Puebla, em 5 de maio de 1862, os franceses enviaram reforços para a campanha mexicana e tomariam a estratégica cidade no ano de 1863, abrindo caminho para a vitória e entronização de Maximiliano I. É nesse contexto que as tropas francesas apreendem numeroso butim de guerra, incluindo três troféus muito estimados pelos mexicanos: o estandarte do “Primer Regimiento de Caballería de Durango”; a bandeira do “Segundo Batallón de la Guardia Nacional de San Luis Potosí”; e o estandarte dos “Lanceros de

Aguascalientes” (Colunga Hernandez 2004). As bandeiras, depositadas no Museu dos Inválidos de Paris representam elementos simbólicos significativos para a história mexicana, pois eram estandartes de exércitos constituídos com forte apelo popular e que representam a luta em nome do ideal republicano e nacionalista, em que padeceram milhares de mexicanos. Um jornal da época assim descreveu a relevância dos pendões:

Ellas vieron combatir con fiereza a los chinacos, a los zacapoaxtlas y a todo un pueblo de filiación republicana, que se alzó indignado para rechazar al monarca extranjero que se le quiso imponer por la fuerza. Ellas vieron cómo los hombres pelearon por la integridad del territorio y al final capturadas, lejos del suelo mexicano supieron de la triste historia del Cerro de las Campanas y del triunfo final de México y supieron del lema de Benito Juárez: “El respeto al derecho ajeno es la paz.” (El Nacional 5/3/1964)

Em março de 1964, as bandeiras foram repatriadas com pompa e circunstância pelo governo do general De Gaulle. Foi a primeira vez que a França restituiu voluntariamente troféus de guerra tomados a um país. A análise da conjuntura internacional da época auxilia a entender como a devolução desse patrimônio foi utilizada como um eficiente elemento simbólico não apenas para as relações bilaterais mas também para a política externa francesa.

Marcada pela busca da restauração da “*grandeur*” francesa, a política externa de De Gaulle enxergava numa distensão que se avizinhava um espaço de autonomia na ordem bipolar, que poderia ser ocupado por uma diplomacia que remetesse à vocação universalista e à missão civilizatória da França (Vaisse 1998). A “*tournéé*” do General pela América Latina, em 1964, pode ser entendida como parte de seu projeto de uma “terceira via”, mobilizando, nos países por que passou, multidões cansadas das promessas nunca concretizadas de uma cooperação econômica mais efetiva por parte dos EUA.

Da perspectiva da política externa mexicana, dois fatores pareciam limitar a projeção de uma diplomacia mais autônoma, condizente com sua condição de potência média regional - a proximidade natural com os Estados Unidos; e a Revolução Cubana de 1959, que tornou a América Latina um dos polos da rivalidade bipolar. Nesse contexto, o presidente mexicano Adolfo López Mateos logo entendeu os riscos decorrentes da possibilidade de que os EUA utilizassem as tensões internacionais para reforçar seu domínio sobre os países latino-americanos, ou, ao menos, tutelar sua política externa sob o pretexto de uma ameaça comunista. Nessa perspectiva, o dinamismo de sua política exterior explica-se como uma tática destinada muito mais a obter uma margem mínima de autonomia diplomática diante da hegemonia norte-americana do que o desejo de constituir uma liderança regional de uma terceira via no mundo bipolar (Loeza 1990).

Esse desconforto diplomático da potência média regional encontrava eco no desconforto da potência média global, havendo uma coincidência de perspectivas entre México e França. Desse

modo, a visita de De Gaulle ao México foi cuidadosamente preparada para que gerasse sinais de empatia a essa terceira via que a França buscava liderar. Com vistas a criar uma predisposição positiva aos interesses franceses no México, dias antes da chegada de De Gaulle, o embaixador francês procedeu com a repatriação das bandeiras tomadas como troféu de guerra pelas tropas de Napoleão III há exatos cem anos. A cerimônia transcorreu na manhã de 5 de março de 1964, no Palácio Nacional, tendo como protagonistas o presidente López Mateos e o embaixador francês, Raymond Offroy, na presença de altas autoridades do governo mexicano e do corpo diplomático. No dia seguinte, o jornal *El Nacional* assim noticiou a cerimônia:

La escena impresiona, conmueve. Muchos niños y hombres presencian con lágrimas en los ojos. El silencio se vuelve a hacer, cuando se escucha la última nota del Himno Patrio. Y es entonces cuando el embajador Offroy toma de manos del militar francés que porta, la bandera del 2º Batallón de la Guardia Nacional y la entrega al Presidente López Mateos. Al hacerlo, dice: «Señor Presidente: en nombre del gobierno y del pueblo de la República Francesa, tengo el honor en entregarle la Bandera del Segundo Batallón de la Guardia Nacional de San Luis Potosí», López Mateos visiblemente satisfecho, la recibió y, a su vez dijo: «En nombre del pueblo de México, recibo esta gloriosa bandera, que se reintegra a la patria». Luego, al ponerla en manos del Teniente Coronel de Infantería Jesús Castañeda Gutiérrez y, mientras éste la sostiene, el primer magistrado toma una de las puntas del lábaro y lo besa (*El Nacional* 6/3/1964).

As bandeiras mexicanas já tinham um destino designado pelo governo - o Museu Nacional de História, localizado no Castelo Chapultepec. Os troféus de guerra percorreram esse trajeto pelas principais avenidas da capital de maneira épica, recebendo fervoroso tributo do público que saudou solenemente a passagem das bandeiras. A eficiência da cerimônia elaborada pelas autoridades francesas e mexicanas é reforçada pelo discurso das autoridades. O Secretário da Educação mexicano, por exemplo, não deixou de reiterar a generosidade francesa no ato da devolução dos lábaros e o que isso significava para a aproximação entre os dois países:

el regreso de las banderas perdidas durante la intervención, honra tanto al gobierno que devuelve como el gobierno que recibe. Desde el Museo de los Inválidos donde recordaban luchas pasadas, esas banderas vienen hoy al Museo de Chapultepec, donde atestiguarán para bien de las generaciones hasta qué punto la amistad de dos pueblos libres es su mejor victoria. (*Novedades* 6/3/1964).

Já nas palavras do presidente López Mateos, a iniciativa francesa era um gesto de “provada caballerosidad gala”, que lhe pareceu tão comovedor que o levou a afirmar que essa repatriação apagava “del todo un incidente que no pudo enturbiar jamás la firme amistad franco mexicana” (*Tiempo* 1964). As bandeiras integrariam uma exposição cujo título é bastante sintomático dos usos políticos passíveis de serem imputados aos troféus de guerra - “La Pátria Recobrada”.

Não seria exagerado, contudo, supor que essa boa disposição em esquecer as antigas aventuras intervencionistas francesas visavam a contra-arrestar a atual hegemonia norte-americana. A devolução dos troféus de guerra representava uma autocrítica francesa pela sua aventura

imperialista do século XIX, construindo uma narrativa de concórdia, respeito e amizade entre os povos, que lhe permitia contrapor-se à posição imperialista norte-americana do século XX.

A aproximação entre os dois países, marcada pelos emblemáticos rituais da devolução dos troféus e da visita de De Gaulle, significava para ambos os países um ensaio de autonomia para suas políticas externas no quadro de um mundo bipolar. Mas para o lado francês, os ganhos talvez tenham sido mais evidentes⁶, e De Gaulle não deixaria de registrar seu otimismo com a perspectiva da “*grandeur*” diplomática francesa ao despedir-se de seu embaixador no México: “*Plantez-mois un drapeau français ici, aux portes des États-Unis*” (Offroy 1987, 27). Iniciada com um impacto no imaginário causado pela restituição das bandeiras mexicanas pela França, a ofensiva diplomática terminaria com o idealizado retorno da própria bandeira francesa ao México.

O caso franco-mexicano sugere que a devolução de troféus de guerra pode servir como estratégia diplomática eficiente para a aproximação política ou distensão entre dois estados⁷. Se o troféu possui um valor simbólico baixo para o estado que o tomou, mas alto para o estado que o perdeu, o retorno desse patrimônio não implica maiores controvérsias ou perdas para a construção da memória coletiva e de narrativas militares nacionais, em comparação aos significativos ganhos diplomáticos. Por tratar-se de recursos imagéticos extremamente limitados, são poucos os países e escassas as oportunidades para que os troféus de guerra sejam utilizados como vetores de adensamento das relações diplomáticas. Desse modo, independentemente da maior ou menor perda para as narrativas historiográficas nacionais, seu repatriamento em contextos propícios constitui uma ferramenta sem rival de que dispõe a diplomacia de algumas nações.

A demanda unilateral de troféus de guerra: o caso do canhão El Cristiano

O final do século XIX foi um momento de exacerbado nacionalismo para os países da América do Sul, que vivenciaram duas guerras totais que legaram profundas cicatrizes em suas sociedades. É natural que, nesse contexto, o tema dos troféus de guerra tenha ganhado especial atenção por parte dos governantes da região. No âmbito da Guerra da Tríplice Aliança, um dos troféus mais emblemáticos é uma peça de artilharia que repousa discretamente no pátio Epitácio

⁶ A visita ao México culminou na formação de uma Comissão Mista de Cooperação e de um comunicado conjunto expressando ideais em linguagem muito prudente que não irritaria os Estados Unidos (Loeza 1990, 312). Em parte, uma das realizações concretas dessa aproximação com o México foi que, dois anos depois, aquele país conferiu à França a construção da linha de metrô da capital e isso aconteceu apesar de todos os obstáculos que Estados Unidos.

⁷ Outro exemplo desse uso de troféu foi a devolução pelos norte-americanos dos sinos de Balangiga, no final de 2018. Nesse caso, trata-se de um gesto diplomático de Washington em relação às Filipinas, em um momento em que o presidente filipino Rodrigo Duterte dava sinais de que desejava estabelecer relação preferencial com Pequim.

Pessoa do Museu Nacional do Brasil. É um canhão de grande diâmetro, meio desproporcional, como se feito às pressas. Entre metralhadoras tomadas aos nazistas na Segunda Guerra Mundial, e bandeiras perdidas aos argentinos nas campanhas platinas, nenhum troféu de guerra é tão relevante para a historiografia brasileira quanto essa peça - o canhão Cristiano⁸.

No teatro de operações da Guerra da Tríplice Aliança, uma das maiores dificuldades a ser vencida pelos exércitos aliados era a fortaleza de Humaitá, que barrava a passagem do Rio Paraguai até Assunção. Em vista de sua posição estratégica, os paraguaios armaram-na com mais de 180 canhões, alguns dos quais tão grandes que receberam nomes específicos, como o Criollo, o General Díaz, o Acá-berá e o El Cristiano⁹. Um dos orgulhos do exército paraguaio, o El Cristiano pesava doze toneladas, foi fabricado em 1867 e diz-se que sua matéria prima teria sido o bronze dos sinos das igrejas paraguaias. Nele está gravado “da Religião para o Estado”, para lembrar que essa arma cujo som surdo e abrupto anunciava a guerra, teria sua origem em instrumentos sacros que antes conclamavam os fiéis para momentos de meditação e paz. Embora houvesse escassez de munição para o funcionamento de uma peça de artilharia desse calibre, o El Cristiano integrava a bateria da Fortaleza de Humaitá, de modo que a historiografia paraguaia celebra sua participação na batalha de Curupaiti, talvez a maior vitória paraguaia na Guerra. A passagem de Humaitá cobrou milhares de vidas de lado a lado em dois anos de conflito e, para que os esforços e sacrifícios dos combatentes não fossem esquecidos pelas futuras gerações, os comandantes das forças aliadas retiveram e partilharam artefatos bélicos capturados no campo de batalha como elementos de memória. Entre esses artefatos estava o canhão El Cristiano.

A apreensão de troféus nessa guerra não foi exclusividade do lado brasileiro. Encontra-se exposto atualmente como troféu no museu do Vapor Cué, o navio brasileiro Anhambai, capturado pelas forças paraguaias quando invadiram o Mato Grosso do Sul, além dos destroços do navio Rio de Janeiro¹⁰. No lado aliado, as tropas dos três países apreenderam butim e troféus nos campos de

⁸ Embora tecnicamente um obuseiro, em todos os textos e comunicações oficiais o artefato é descrito como um canhão, denominação que será seguida neste estudo.

⁹ Sobre o tema, Doratioto comenta que, durante o conflito, “foram fabricados muitos canhões na fundição de Ibicuí, alguns de grosso calibre, todos sob a supervisão de engenheiros ingleses. (...) Utilizou, desde então, o trabalho de presos comuns, e seu primeiro diretor foi o inglês Godwin, e, posteriormente, passou a produzir material bélico. Em fins de 1866, vinte prisioneiros de guerra foram obrigados a trabalhar na fundição. Dos canhões produzidos em Ibicuí nessa época, os três maiores foram o Cristiano, o General Díaz e o Acá-berá?”. (Doratioto 2002, 259).

¹⁰ A respeito do tema, Doratioto recorda que um sargento tornou-se o primeiro oficial negro na história do exército paraguaio graças ao seu hábito de decapitar e reter as cabeças de combatentes brasileiros como troféus de guerra levados aos campos de batalha (Doratioto 2002, 201). Embora o uso de restos humanos como troféus de guerra seja recorrente o longo da história, não se enquadra no escopo deste artigo, visto não se tratar de um patrimônio.

batalha. Gradualmente, devolveu-se boa parte dos bens apreendidos, sendo o Uruguai o pioneiro nesse gesto, seguido por Brasil e Argentina (Brezza 2013)¹¹.

No caso do Brasil, a devolução de butins e troféus estendeu-se pelo século XX. Getúlio Vargas foi o primeiro presidente brasileiro a visitar o país vizinho e responsável por cancelar a dívida de guerra e devolver a Ata com que, em 1844, o Império reconheceu a independência do Paraguai. Em 1975, durante a visita do presidente Ernesto Geisel, foi restituído o “Livro de Ouro”, oferecido pelas damas de Assunção a Solano López. Em 1977, o então embaixador em Assunção, Fernando Ramos de Alencar, entregou ao governo paraguaio várias peças de uso do Marechal e de sua família. Em 1980, o presidente Figueiredo entregou ao presidente Stroessner uma série de documentos e peças que se encontravam custodiadas pelo governo brasileiro, como documentos do Arquivo Nacional do Paraguai, um sabre e uma espada de Solano López e objetos pessoais de sua família. (Jornal de Brasília. 10/4/1980).

O tema assumiu uma dimensão particularmente relevante na década de 1970, em boa medida decorrente do empreendimento de Itaipu, que adensou a relação bilateral. É dessa época um projeto de Lei do deputado Ítalo Conti

oferecendo ao povo paraguaio o que está faltando para a plena distensão entre os dois países: a devolução dos troféus de guerra. Somente assim, daremos ao país vizinho e amigo a grande prova de nossa sinceridade e, principalmente, do nosso respeito, tanto pela confiança que temos, nas vantagens e benefícios de um futuro comum, quanto pela solidariedade humana que tivemos, no passado, no seu mais supremo momento de infortúnio” (Congresso Nacional, PL 1820 de 1976).

Ao confundir butim com troféus de guerra, a proposta foi apreciada negativamente pela chancelaria brasileira:

Por todos os motivos, considero sem fundamento, infeliz e inoportuno o projeto do Deputado Ítalo Conti. O assunto é delicado e não pode ser tratado amadoristicamente sob um aspecto exclusivamente emocional. (...) Uma lei no sentido desejado pelo Deputado Conti funcionaria, na prática, como um instrumento de pressão permanente a ser aproveitado pelo Governo estrangeiro interessado em detrimento do direito inequívoco de decidir sobre a oportunidade de medidas desse gênero, que pacificamente compete ao Executivo. Devo assinalar, por outro lado, que, no trato dessa matéria, é mister definir nitidamente o que são troféus de guerra. O autor do anteprojeto de lei, não o faz e inadvertidamente considera como tal o "Livro de Ouro" restituído recentemente pelo Senhor Presidente da República ao Governo paraguaio e que, não se enquadrando naquela categoria de bens, estava simplesmente "em depósito" junto ao Governo brasileiro. (Despacho ao Memorandum ARC/34 de 31/3/1976).

Na perspectiva do Itamaraty estava muito clara a distinção entre troféu de guerra e as demais relíquias de que o Governo brasileiro era o depositário. Sobressai também o receio de que

¹¹ No caso brasileiro, Doratioto comenta que, desde o final do século XIX já existia no Rio de Janeiro uma *Comissão Benjamin Constant*, integrada por positivistas e cujo objetivo era defender a devolução ao Paraguai dos troféus conquistados pelo Brasil e obter o perdão da dívida de guerra paraguaia, no contexto de um revisionismo histórico que visava a responsabilizar o regime monárquico pelo conflito, com vistas a enaltecer a República. (Doratioto 2012, 88).

a legislação pudesse interferir na autonomia do Executivo em estabelecer a política externa no caso, servindo de munição para interesses estrangeiros, o que denota um entendimento nítido da possibilidade de uso dos troféus de guerra como instrumento de política externa¹².

É interessante notar que, naquela época, o El Cristiano não era indicado em listas de inventários de autoridades brasileiras como troféu de guerra e tampouco era objeto de qualquer demanda de repatriação do lado paraguaio. Ao produzir informação a respeito de quais as “reliquias de que o governo brasileiro era depositário” e quais os “troféus de guerra” dispunha, identificaram-se os seguintes itens:

(...) no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro: espada que empunhava Solano López por ocasião da morte, quebrada na ponta e autenticada por fotos existentes na vizinha capital; faixa tricolor de Marechal (Banda); condecoração brasileira conferida por D. Pedro II; relógio de uso pessoal; relógio de campanha (de sol); uma chancela (selo de mando); duas bandeiras, uma tomada em Corrientes e outra em Establecimientos; “Livro de Ouro” contendo assinaturas de damas da sociedade paraguaia, inclusive Madame Lynch; e, possivelmente, jóias encontradas no Palácio Governo, atribuídas à progenitora do prócer paraguaio. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Seção de Manuscritos): o Arquivo Público incluindo o do Ministério das Relações Exteriores do Paraguai. No Museu do Exército (Marechal Deodoro da Fonseca): Banda tricolor e quépi. Na Igreja da Cruz dos Militares do Rio de Janeiro: bandeiras de guerra.

Dentre os bens mencionados, dois - o Arquivo Público do Paraguai e o “Livro de Ouro” - possuem especial significação histórica e valor estimativo para o povo guarani. Ambas as peças não podem, segundo conceituação jurídica, ser caracterizadas como troféus de guerra, não tendo sido conquistadas no campo de batalha pelas forças armadas brasileiras na Guerra do Paraguai. Assim, o Governo brasileiro é tão somente depositário daqueles bens, de inequívoca propriedade do Governo do país irmão. (Ministério das Relações Exteriores. Informação ao Presidente da República. N. 304 12/11/1975)

Se o canhão El Cristiano não constava da lista de troféus militares brasileiros, tampouco terá sido objeto de demanda, seja pela sociedade civil ou pelo governo paraguaio. A esse respeito, é curioso notar que, em editorial que clamava ao Brasil o retorno de troféus da Guerra, o jornal paraguaio La Tribuna informava que o El Cristiano já havia regressado a Assunção, quando Perón restituiu àquele país os troféus apreendidos pela Argentina, o que indica que havia, àquela época, um desconhecimento historiográfico da trajetória do patrimônio (La Tribuna 6/8/1974).

O tema da repatriação de troféus de guerra entre os dois países ficou relativamente adormecido ao longo das décadas de 1990 e 2000. Nos anos 2010, o assunto volta à baila como um elemento relevante da agenda bilateral na perspectiva paraguaia. Alguns analistas apontam que, entre os fatores que levaram ao pleito naquele momento, sobressaem elementos culturais, como a afinidade entre os dois governos de turno e a proximidade do bicentenário do Paraguai¹³. Há,

¹² O projeto foi reapresentado em 1979 e, apesar de aprovado na Câmara dos Deputados, acabou por ser rejeitado pelo Senado, muito em função de sua inocuidade, em vista da devolução de parte significativa do espólio por ocasião da visita do presidente João Figueiredo ao Paraguai. (Senado Federal. Ofício n. 460. 7 de junho de 1983).

¹³ Uma manifestação eloquente dessa perspectiva foi a do assessor internacional do Ministério da Cultura do Brasil na época, que apontou que os dois países viviam um momento de estreitamento nas relações culturais bilaterais, de modo

porém, aqueles que apontam que o tema da repatriação relaciona-se com a dinâmica da política interna paraguaia, e que o pleito teria por objetivo criar um fato novo na agenda política¹⁴. Uma terceira vertente interpretativa, de cunho historiográfico, aponta para o fato de que a ditadura de Alfredo Stroessner teria logrado veicular um poderoso discurso nacionalista de culto aos fatos e personagens da Guerra, o qual teria sido criticado durante o período de transição democrática, mas ganharia força novamente no final da década de 2000¹⁵.

Independentemente da motivação para o pedido de repatriamento do troféu, a demanda criou um fato novo na agenda bilateral, com relevância política suficiente para fazer com que Ministro da Cultura do Brasil encaminhasse um ofício ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) propondo seu destombamento para posterior devolução. O tema foi examinado na 65ª reunião do IPHAN, em novembro de 2010, em que afloraram diferentes perspectivas a respeito do tema. Para a assessoria internacional do Ministério da Cultura da época,

(...) gestos de boa vontade, gestos construtivos contribuem para minorar certas feridas do passado que possam, eventualmente, ensejar projetos políticos pequenos. (...) Eu recordaria ainda o bicentenário do Paraguai, em dois mil e onze. (...) Nesse momento, o Brasil quer ser o amigo, quer ser o parceiro, quer ser o país que faz gestos de boa vontade, de grandeza com relação ao Paraguai. É nesse sentido que defendemos a devolução do canhão. (...) Para a museografia brasileira ou mesmo a memória da guerra, não acredito, como o Ministro não acredita, que o canhão tenha tanto valor assim. (...) Agora, para os paraguaios, tem um significado muito grande, fundamentado na alegação de ter sido originado de sinos derretidos. Tem para os paraguaios um valor afetivo, simbólico, ainda que o fundamento histórico concreto desse simbolismo possa ser questionado. O canhão representa muito para quem tem pouco. Nós temos muito e podemos ter a grandeza de sermos generosos nesse momento. (IPHAN 2010, 9)

que os ministros da Cultura “chegaram à conclusão de que seria excelente para o aprofundamento das nossas boas relações e cooperação o retorno do canhão no contexto do bicentenário do Paraguai” (IPHAN 2010, 4).

¹⁴ Sobre essa hipótese, pode-se citar o posicionamento de Isabel Fleck, para quem o tema “reaparece na política paraguaia toda vez que as relações com o Brasil não andam bem. (...) Depois de o Paraguai ter sido suspenso do Mercosul por causa do impeachment-relâmpago de Fernando Lugo no ano passado, o presidente Federico Franco voltou ao tema em 1º de março, data em que o país homenageia os soldados caídos na maior guerra da história da América do Sul (1864-70) (Fleck 2013). Sobre o tema do uso de troféus como recurso de política interna paraguaia, Doratioto afirma que, no contexto do acirramento das tensões internas que levariam à renúncia do presidente Guggiari e à Guerra do Chaco, um dos elementos que poderia ter contribuído para fortalecer sua imagem junto à opinião pública era a devolução pelo Brasil dos troféus da Guerra do Paraguai. Contudo, naquela época a devolução dos troféus era inviável, pela reação contrária não só da opinião pública, mas, ainda, dos militares brasileiros. (Doratioto 2012, 368).

¹⁵ Sobre o tema, uma elaborada crítica da historiografia tradicional é a de Guido Alcalá, para quem “Ese revisionismo histórico no revisaba nada ni tampoco era historia. Por eso se prestaba a la manipulación política, y no debe sorprender que Stroessner haya levantado el monumento a O’Leary que todavía sigue en pie en la Plaza O’Leary de Asunción. Su discurso, que distinguía en forma tajando entre amigos y enemigos, entre patriotas y traidores, entre lopistas y antilopistas resultaba muy conveniente para Stroessner, el heredero del Mariscal: no estar con él era estar contra la Patria; las objeciones críticas eran traición. Estar con él exigía aceptar la superioridad de lo militar sobre lo civil; del jefe sobre los subordinados.” (Alcalá 2018, 75). Segundo o autor, “la enseñanza de la historia en el Paraguay no ha variado fundamentalmente desde la caída de Stroessner. En los textos de enseñanza sancionados por la comisión de reforma de la educación formada después de la caída del dictador, se encuentran «preguntas didácticas» tendenciosas” (Alcalá 2018, 93). Nessa mesma perspectiva, Herib Campos, analisando a celebração do “Dia de los heroes”, aponta que “el uso dado a la figura de Francisco Solano López durante la larga dictadura de Alfredo Stroessner (1954-1989), hizo que durante la transición a la democracia (1989-2008), dicha celebración fuese constantemente cuestionada e incluso se convirtió en un festejo circunscrito en el ámbito militar, quedando su reinterpretación, ampliación y discusión postergada, hasta que en el año 2011, se produjo la introducción al Panteón Nacional de los Héroes del presidente Eligio Ayala.” (Campos 2012, 69).

Na perspectiva do General Synésio Scofano Fernandes, representante da Fundação Cultural do Exército Brasileiro,

O que está em jogo é a significação do objeto El Cristiano e ousar dizer que é extremamente significativo e importante na nossa sociedade. A sua importância simbólica para muitos segmentos da sociedade brasileira é evidente. Basta consultar a mídia para se constatar os inúmeros posicionamentos contrários à providência de devolver o Canhão aos paraguaios, posicionamentos veementes e defendidos com argumentos consistentes, oriundos de intelectuais, entidades de natureza cultural, representantes de entidades da sociedade civil e, segmentos militares. Correm, na mídia, abaixo-assinados contra essa medida. Por que essa reação preventiva com um ato cogitado, mas ainda não efetivado? O que está movendo isso? Porque o El Cristiano tem um simbolismo forte que afeta, ainda hoje, diferentes segmentos de nossa sociedade. (...) O El Cristiano não nos pertence apenas a nós brasileiros, que vivemos os nossos dias, mas está indissolivelmente ligado aos três mil brasileiros mortos, há quase 150 anos, em Curupaiti. Mortos porque a nação brasileira necessitou desse sacrifício, naquele momento, não importa qual a interpretação que se construa em relação ao conflito, que de fato ocorreu. (IPHAN 2010, 15)

Já o especialista em patrimônio cultural Luís Phelipe Andrès ponderou que

Qualquer que seja a solução final, se o canhão ficar de um ou de outro lado, haverá sempre algum descontentamento forte de parcelas significativas. O Brasil foi capaz de construir uma empresa binacional em campo que considero bastante complexo também, o das relações comerciais difíceis de conciliar; um empreendimento grande - uma usina hidrelétrica - foi realizado e vem funcionando. Então, em nosso pequeno campo da cultura, porque não criamos uma organização binacional? Um museu comum aos dois países, que tivesse como acervo esse canhão e outras peças, como foi mencionado pelo Conselheiro Synésio Scofano Fernandes, e que nesse espaço comum aos dois países se constituíssem, doravante, num memorial histórico que também passasse a reunir documentos resultantes de um cenário conflituoso, difícil sempre de ser equacionado sem que alguma das partes se sinta prejudicada. Seria a criação de um espaço comum entre as duas nações, próximo da fronteira, ou na fronteira, e não seria tão difícil para dois países que estão empenhados em conviver harmoniosamente. (IPHAN 2010, 21)

Dentre as teses apresentadas, a que acabou prosperando à época foi a da não devolução do “El Cristiano”. Com isso, o tema segue latente na agenda bilateral, sendo levantado com alguma frequência pelo lado paraguaio. Independentemente de haver uma narrativa certa ou errada¹⁶, sua mera demanda gera um tema na relação bilateral, sujeito a diversas perspectivas de análise e à qual o Brasil deverá responder, mesmo que negativamente. Caso o Brasil demandasse a restituição dos troféus retidos pelo Paraguai, criaria do mesmo modo um novo tema nas relações bilaterais, cabendo ao Paraguai responder a essa demanda brasileira.

O caso do “El Cristiano” é particularmente interessante porque se trata de um patrimônio que significa para ambos países muito mais do que uma arma. Para os paraguaios, representa a perseverança de seu povo na guerra, chegando a atitudes extremas, como derreter os sinos das igrejas de Assunção para construir uma arma em defesa de um ideal nacional. O canhão, para a

¹⁶ Adler Castro aponta que um elemento que poderia contribuir para que esse lugar da memória seja um elemento de reflexão mais profícua seria sua melhor contextualização no Museu Histórico Nacional. Sua legenda atual informa apenas que se trata de um obuseiro fundido no Paraguai e utilizado contra encouraçados brasileiros. Nessa direção, sugere que, para auxiliar numa narrativa mais valorativa do patrimônio, “o ideal seria um texto objetivo, que permitisse ao visitante estabelecer seus próprios juízos de valor sobre o assunto, fugindo de todas as ideias preconcebidas e, portanto, preconceituosas, de “certo” e “errado”, de “bom” ou “mau”. (Castro 2014, 121).

narrativa paraguaia, não é apresentado como um símbolo da derrota do país na guerra, mas sim da resiliência e perseverança de uma sociedade que se consumiu até as últimas consequências em torno de uma causa que lhes foi apresentada como justa e inescapável. Para o Brasil, “El Cristiano” significa uma relíquia de um episódio marcante para a história nacional, que recorda a saga de soldados que lutaram bravamente pelos interesses de sua nação. Ao longo de cento e cinquenta anos em território brasileiro, passou por um processo de transculturação que o tornou um lugar de memória, em que se recorda o sacrifício de milhares de vidas perdidas no combate para restauração da paz regional.

O caso do “El Cristiano” representa, por conseguinte, um exemplo de um troféu valorizado ao mesmo tempo pela sociedade que o perdeu e que o recebeu, e cuja demanda cria um tema novo na agenda bilateral, o qual demanda reiterada atenção das duas chancelarias. Como um lugar da memória alusivo ao sacrifício humano de lado a lado, o El Cristiano é igualmente legítimo aos dois países, sendo difícil haver consenso sobre o local de exibição da peça. Foi para tentar escapar a essa dicotomia que o conselheiro Luis Phelippe Andrès, na referida reunião do IPHAN a respeito do tema, sugeriu como solução consensual a valorização do troféu como um patrimônio binacional. Um modelo interessante nessa direção é o caso do monitor Huáscar, troféu chileno na Guerra do Pacífico, transformado em santuário binacional por meio de uma interessante narrativa que visa a honrar os combatentes dos dois países e amenizar as cicatrizes da guerra.

O troféu de guerra como monumento binacional: o caso do monitor Huáscar

Ancorado na base naval chilena de Talcahuano encontra-se um navio amarelo e branco, cujo modesto tamanho contrasta com sua enorme importância na história de Peru e Chile. Trata-se do monitor “Huáscar”, mandado construir por ordem do governo do Peru aos estaleiros ingleses Laird Brothers, em 1864, para combater ao lado do Chile contra as forças restauradoras espanholas. No entanto, o navio entraria efetivamente em operação anos depois, justamente contra as forças armadas chilenas, no contexto da Guerra do Pacífico, confronto que sangrou o continente de 1879 a 1883. Embora o Huáscar seja a segunda embarcação de seu tipo mais antiga do mundo em exibição, não é a curiosidade histórica o motivo das milhares de visitas que recebe todos os anos. É a carga emotiva que transmite a chilenos e peruanos há quase 150 anos que o torna um patrimônio cultural tão valorizado.

Comandado pelo almirante Miguel Grau Seminário, patrono das forças armadas peruanas, o Huáscar foi responsável por numerosas campanhas vitoriosas contra a marinha chilena, muito melhor equipada que a peruana. Apesar da astúcia de seu comandante e tripulação, o monitor

Huascar foi finalmente capturado na Batalha de Angamos, combate naval que resultou num saldo de 33 mortos, incluindo o próprio almirante Grau.

Apesar dos extensos danos sofridos no combate, suas partes vitais não foram afetadas de modo que pode ser rebocado para o porto de Valparaíso, onde foi completamente reparado e integrado à Armada chilena. A partir desse momento, o monitor Huáscar passou a ser legalmente um navio chileno, sob o conceito de presa de guerra. Serviu à Armada chilena até o final do século XIX, desempenhando importantes feitos, sobretudo na Guerra do Pacífico, ocasião em que dois comandantes chilenos morreram em operações bélicas a bordo do Huáscar.

Seu uso pelas forças armadas chilenas terá aberto um processo de transculturação do patrimônio como elemento relevante também da história chilena, de modo que o monitor, após seu descomissionamento, foi transformado em um museu naval flutuante da Marinha do Chile. Foi restaurado duas vezes, primeiro em 1933 e depois entre 1971 e 1972. Em 1995, o World Ship Trust outorgou-lhe o prêmio "Maritime Heritage Award" pelo excelente trabalho de restauração, tornando-o um dos trinta navios históricos em todo o mundo a receber tal distinção.

É interessante notar que a Armada chilena passou a veicular a ideia de que o Huáscar seria “no sólo una reliquia, sino un santuario flotante a las Glorias Navales de Chile y Perú.” (Armada de Chile s.d.). Nessa perspectiva, predica que “La restauración se realizó pensando siempre en las glorias vividas por las Armadas de Chile y Perú, es así como en la Cámara del Comandante se instalaron los retratos de Arturo Prat, Miguel Grau y Manuel Thomson, los tres Comandantes que murieron en sus cubiertas” (Armada de Chile s.d.). A despeito dos esforços chilenos de promovê-lo como um santuário dedicado às dezenas de marinheiros das duas nacionalidades que nele pereceram, muitos o vem sobretudo como um acintoso troféu que dificulta a cicatrização das feridas abertas na Guerra do Pacífico. Em recente depoimento sobre esse patrimônio, o diretor do Museu Naval do Peru, contra-almirante Francisco Yabar, expressou que

Para nosotros, el Huáscar representa la nave cuya tripulación luchó heroicamente en la Guerra del Pacífico al mando de nuestro más grande héroe nacional, que es el gran almirante Miguel Grau. El Huáscar y su tripulación son para nosotros una sola cosa, es el Perú en el mar... La peruanidad, el espíritu de lucha, el heroísmo de los marinos por defender su patria. (Gozzer 2019).

Por seu turno, o atual comandante do Huáscar aponta que

El Huáscar, para Chile, es un símbolo muy importante porque aquí fue donde murió uno de los héroes máximos que tiene nuestra historia, Arturo Pratt, y nosotros lo conservamos así y lo mantenemos como un gran símbolo al que pueden venir todos los chilenos. (Gozzer 2019).

Por esse motivo, houve quem sugerisse que o navio deveria ser afundado para deixar de ser um pomo da discórdia entre os dois países. Entre os defensores de tal destino estavam ninguém menos que o ex-chanceler peruano, Antonio Bellaunde (El Comercio 13/6/2016) e o Almirante

Luiz Giampietri, vice-presidente peruano de 2006 a 2011, que considera ser essa a melhor maneira de eliminar a “espinha” que o Huáscar representa na relação entre os dois países:

En el Huáscar murió Grau y Pratt. Yo creo que habría que complementar y terminar lo que quiso hacer la dotación original de ese buque. Una vez muerto Grau, la gente intentó hundirlo. Yo creo que ese sería un buen fin del Huáscar, hundirlo. Eso ayudaría a eliminar las posibles discrepancias entre ambos países y le daría una tumba común en donde ambos murieron.(El Comercio 20/8/2010).

Apesar de seguir despertando paixões e controvérsias de lado a lado, parece haver um movimento de conciliação chileno-peruano para encerrar de vez as rusgas decorrentes da Guerra do Pacífico, das quais o Huáscar é um dos símbolos mais inteligíveis. Um gesto nessa direção ocorreu em 2010, quando o ministro da Defesa do Chile, Jaime Ravinet, fez declarações à imprensa peruana sugerindo um possível retorno do monitor ao Peru, como um gesto de boa vontade para superar as antigas diferenças (RPP 16/8/2010). Ainda que a reação majoritária de parlamentares e políticos chilenos tenha sido de total rejeição (La Tercera, 18/8/2010), o aceno do ministro Ravinet é eloquente sobre a ciência da importância do bem para a sociedade peruana.

O jornal La República, um dos mais importantes do Peru, posicionou-se contra a ideia, fazendo a distinção, tantas vezes ignorada, entre troféu e butim de guerra: “El Huáscar es un trofeo de guerra. En cambio los documentos y monumentos históricos que Chile robó durante su ocupación sí son un botín” E fazendo suas as palavras de um renomado historiador peruano, que lamenta a desvalorização dos feitos de armas por seus concidadãos, arremata:

¿Queremos un trofeo de guerra? Saquemos la Covadonga del mar de Chancay, ese fue nuestro trofeo, obtenido por apenas tres peruanos tras una estratégica explosión. Justo cuando estábamos en lo peor de la guerra. La hundieron tres valientes, a quienes nadie recuerda, y a los que no rendimos ningún honor pensando en un buque que nos ganaron. (La República 5/9/2010)

Situação semelhante, ocorreu anos depois, quando boa parte do Congresso peruano subscreveu uma petição solicitando o retorno do Huáscar ao Peru, por empréstimo, por ocasião do bicentenário do país (El Comercio 13/6/2016). A proposta foi rechaçada pelo executivo peruano e sofreu duras críticas da imprensa. Em editorial no principal periódico do país, o ex-chanceler Jorge Colunge mais uma vez recordava a distinção entre troféu e butim de guerra.

La malhadada propuesta de casi la mitad de los miembros del Congreso saliente para pedir a Chile “prestado” el Huáscar con motivo del bicentenario, halló de inmediato la oposición objetiva de dos ex cancilleres colegas y de algunos artículos periodísticos que se pronunciaron en la misma dirección. No podía esperarse una reacción diferente sobre semejante despropósito. (..) el Huáscar se convirtió en un museo que para Chile es un santuario, donde se rinde homenaje a las glorias navales de ambos países, realzando un espíritu de veneración a quienes ofrendaron su vida por sus patrias. Así, el Huáscar no es solo un trofeo de guerra. Y de nuestra parte, la imagen del monitor no debería llevarnos a nacionalismos exacerbados o a una xenofobia sin sentido, pero sí a respetar a nuestros muertos y a conocer nuestra historia.

Una cosa muy diferente son, sin embargo, las acciones de saqueo y pillaje ocurridas durante la ocupación. Acciones que en su época no solo estuvieron reguladas por los códigos penales militares,

sino que sobre ellas el derecho internacional ya había asimilado enfática doctrina y señalamiento expreso sobre variados delitos que fueron desarrollados desde 1863 hasta culminar con el llamado Manual de Oxford de 1880. En ese clásico compendio del Derecho se califica como crímenes de guerra numerosos actos de pillaje y robo, como los perpetrados sobre el Palacio de la Exposición y las numerosas obras de arte de Lima, el Archivo Nacional, el Observatorio Astronómico de Lima, la Biblioteca Nacional, el monumento del 2 de Mayo, los gabinetes de física y química de San Marcos, el reloj de Pedro Ruiz Gallo y hasta los animales del jardín zoológico y demás objetos de alto valor científico y artístico. (Colunge 2016).

É interessante que o editorial do ex-chanceler traça com muita nitidez as diferenças entre pilhagem e espólio de guerra, prática prevista, inclusive, no próprio código militar peruano (Peru. Resolución Ministerial 49/2010.100). Tal como no aventado retorno do navio ao Peru por decisão unilateral chilena, em 2010, também nesta ocasião resta claro que, para os formadores de opinião peruanos, a maior ofensa à dignidade pátria não é a existência de um navio peruano como troféu pelo Chile, mas as pilhagens cometidas pelo exército chileno na ocupação de Lima.

Nessa direção, um gesto que poderá ter ajudado a distensionar as relações entre os dois países com relação à memória da Guerra do Pacífico foi a devolução de parte dos livros subtraídos da Biblioteca Nacional do Peru. Em 2007, a presidente Michele Bachelet devolveu 3.788 livros que se encontravam na Biblioteca Nacional do Chile. Dez anos depois, um novo aporte com 720 livros, incluindo verdadeiras jóias bibliográficas, veio a reforçar esse gesto de aproximação. Parte do acervo foi declarado patrimônio nacional cultural, com o seguinte desiderato alegado pela Biblioteca Nacional do Peru: “Esta declaratoria como Patrimonio Cultural de la Nación es resultado del esfuerzo de Chile y Perú por superar las diferencias político-militares producidas a lo largo de los años. Este es el único caso de restitución en Sudamérica” (Biblioteca Nacional del Perú / NP N° 205-2019). É interessante notar que a declaração não se esquiva de recordar o atritante político da Guerra do Pacífico, mas o apresenta em uma perspectiva otimista, em que sobressai o desejado movimento de reconciliação esboçado pelo governo chileno.

Outro elemento que poderá ter ajudado a cicatrizar as feridas da guerra foi a sentença favorável ao Peru no processo arbitrado pela Corte Internacional da Haia referente à controvérsia sobre os limites do mar territorial e da zona econômica exclusiva dos dois países, litígio ainda decorrente da Guerra do Pacífico. O sucesso peruano no diferendo, concluído em 2014, foi considerado uma importante vitória diplomática do país, permitindo um desagravo com relação à narrativa de cabal derrota militar do Peru por ocasião do conflito.

Desse modo, parece haver no caso do Huáscar um progressivo entendimento com relação ao destino do patrimônio. Decorrente do amadurecimento das duas sociedades, do crescente fluxo de comércio e de pessoas entre os dois países e de um gesto conciliador do vencedor, que propôs veicular a ideia de que um troféu de guerra pode ser um santuário binacional, o caso do monitor Huáscar aponta para a possibilidade de que os troféus de guerra sejam mantidos pelos países

vencedores, por fazerem parte de suas histórias nacionais, sem que isso seja um fator de atritante com os países que os perderam. Se exitosa a narrativa de que se trata de um santuário binacional, seria possível conjecturar a hipótese de que, futuramente, o navio que guerreou por Peru e Chile venha a se tornar um elemento de aproximação e concórdia entre ambos.

Considerações finais

Diferentemente de bens culturais e de butins tomados em conflitos armados, os troféus de guerra ainda constituem objeto de poucos estudos nos campos da História, do Direito Público Internacional e das Relações Internacionais. Sua continuidade como um dos traços mais longevos da cultura ocidental, sua peculiaridade jurídica e suas múltiplas implicações na agenda diplomática contemporânea sugerem que o tema deverá merecer mais atenção de especialistas proximamente. Sem a pretensão de esgotar os diferentes usos e significados que podem ser dados aos troféus de guerra sob a perspectiva das relações internacionais, o presente estudo buscou apontar algumas ideias preliminares a respeito do tema, com vistas a iniciar uma tipologia de uso desse artefato no âmbito das relações internacionais.

Seja para neutralizar o ataque inimigo, para incorporá-lo em suas próprias forças armadas ou para compor o acervo de um museu, a tomada de bens militares de oponentes em conflitos armados encontra pleno amparo legal nos compêndios internacionais vigentes, tanto da perspectiva de atos de guerra, quanto da proteção do patrimônio. Desse modo, a apreensão, manutenção, exibição e até mesmo a devolução de bens como troféu de guerra é assunto da legislação interna de cada país. Mais do que isso, é uma questão atinente às narrativas historiográficas nacionais, tributárias de processos públicos de construção de imaginários sociais e de memórias coletivas.

Como um lugar de memória, o troféu de guerra é um objeto cultural, que relaciona a memória coletiva à identidade do grupo social. Nessa perspectiva, os troféus constituem categoria muito apreciada de patrimônio cultural, pois dispõem de um valor imagético relevante. Conforme apontou Christofolletti,

com a apropriação do patrimônio cultural para fins comerciais e políticos dentro das economias de todas as partes do globo, a conservação do patrimônio agora desempenha um papel importante na diplomacia cultural, elevando seu status de mera estratégia diplomática de relações de boa vizinhança a uma elaborada tática de soft power em diferentes países ao redor do globo (Christofolletti 2017, 20)

Com efeito, conforme dada narrativa ou imaginário social, os objetos podem servir a diferentes fins e integrar novos significados, transitando entre as categorias de "sagrado" e "mercadoria" muito rapidamente. Por conseguinte, mesmo após a ressignificação e transculturação

dos troféus de guerra dos campos de batalha para os museus, as narrativas ao seu redor estão sempre em construção. Reorganizando exposições, adicionando ou excluindo informações ao catálogo, sendo restituído, demandado, ostensivamente exibido, um troféu pode servir a múltiplos interesses de política interna e externa¹⁷.

Se a hipótese de Steven Pinker estiver correta e o mundo estiver cada vez mais pacífico (Pinker 2011), com menor número de guerras entre os estados, isso impactará não apenas no número de troféus existentes, mas, sobretudo, na forma como os troféus serão ressignificados para efeitos de política interna e externa. Mais do que propor a supremacia de um país sobre outro, o valor do troféu de guerra residirá, cada vez mais, em seu potencial de uso como poder brando de um estado, isto é, em sua capacidade de veicular um ideário, sinalizar um gesto, reinterpretar a história. A devolução, demanda, exibição ou ressignificação de um troféu pode, por exemplo, servir para reforçar o alinhamento de um país a um determinado ideário, apoiar seu reposicionamento geopolítico ou contribuir com uma autocrítica, promovendo rupturas com antigos paradigmas. “Quem controla o passado, controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado.” - a abordagem orwelliana da história permite entender os troféus como um poderoso fragmento material do passado, um patrimônio que simboliza e reforça valores essenciais para as nações, e que permite reconstruir, aos sabores e humores de cada época, diferentes narrativas sobre o passado.

Referências bibliográficas

Alcalá, Guido. “Imágenes de la Guerra de la Tríplice Alianza. *Diálogos*, 10,1, (2018): 105-115. <https://doi.org/10.4025/dialogos.v10i1.122>

Armada de Chile. s.d. “Monitor Huáscar”. Acedido em 14/5/2020. <https://www.armada.cl/armada/tradicion-e-historia/unidades-historicas/h/monitor-huascar/2014-02-13/155207.html>

Baczko, Bronislaw. “A Imaginação Social”. Em *Enciclopédia Einaudi. v. 5. Anthropos-Homem*. 283-347. Lisboa: Casa Nacional da Moeda, 1985.

Biblioteca Nacional del Peru. *Nota pública NP N° 205-2019*. 14 de novembro de 2019.

Brezza, Liliana. *La devolución de los trofeo de guerra*. Assunção: El Lector, 2013.

Campos, Herib Caballero. “Consideraciones Sobre Lo Heroico y El Establecimiento Del Día De Los Héroes En Paraguay.” *Identidad e Historia. Pensamientos Del Bicentenario*, 1 (2012): 55-71

Castro, Adler Homero Fonseca de. “O Poder Político Vem Do Cano De Uma Arma.” 90 Anos do Museu Histórico Nacional Em Debate (1922-2012), 2014.

¹⁷ Um bom estudo do potencial de usos e ressignificados inerentes aos troféus de guerra ao longo do tempo é o de Jonathan Vance a respeito de canhões apreendidos pelo Canadá na Primeira Guerra Mundial. (Vance 1995, 55).

- Christofolletti, Rodrigo. org. *Bens culturais e relações internacionais: o patrimônio como espelho do soft power*. Santos: Leopoldianum, 2017.
- Colunga Hernández, María de los Ángeles. “De trofeos de Guerra a Mensajeros de Paz”. *Diario de Campo*, n. 64 (2004): 34-36.
- Colunge, Jorge. “El Huáscar y el derecho internacional.” *El Comercio*. 25 de maio de 2016.
- Congresso Nacional, *Projeto de Lei 1820/1976*.
- Conselho de Segurança das Nações Unidas. *Resolução n. 2347/2017* Disponível em [https://www.undocs.org/S/RES/2347%20\(2017\)](https://www.undocs.org/S/RES/2347%20(2017))
- Doratioto, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- Doratioto, Francisco Fernando Monteoliva. *Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação*. Brasília: FUNAG, 2012.
- El Comercio*. (s.a.). 13 de junho de 2016.
- El Comercio* (s.a.). 20 de agosto de 2010
- El Nacional* (s.a.). 5 de março de 1964
- El Nacional* (s.a.). 6 de março de 1964
- Fleck, Isabel. “A honra por um canhão”. Folha de São Paulo. 18/4/2013.
- Garcia, Rodolfo, org. *Obras do Barão do Rio Branco: Efemérides brasileiras*. Brasília: FUNAG, 2012.
- Gozer, Stefania. “Huáscar: la fascinante historia del barco que divide a Perú y Chile desde hace 140 años (y qué tiene que ver con la Guerra del Pacífico)” BBC, 15 de outubro de 2019. <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-49968056>
- Guedes, Maria Tarcila Ferreira. “A proteção dos bens culturais em tempos de guerra e de paz: a participação brasileira na Conferência de Haia, no Pacto de Röerich e na Convenção de Haia.” *Anais do Museu Paulista*, 26, n. 19 (2018): 1-31. <https://doi.org/10.1590/1982-02672018v26e19>
- Henckaerts, Jean-Marie. “New Rules for the protection of cultural property in armed conflict”. *International Review of the Red Cross*. v. 81, 835 (1999): 593-620.
- Homero. *Iliada*. Vieira, Trajano (org.). São Paulo: Editora 34, 2020.
- Imperial War Museum. *Annual Report and Accounts 2018–2019*. Disponível em https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/819427/IWM_Annual_Reports_and_Accounts_2018-2019.pdf.
- Instituto do Patrimônio Histórico Nacional. *Ata da LXV Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural*. 4 de novembro de 2010
- Jornal de Brasília* (s.a.). 10 de abril de 1980.
- La República*. (s.a.). 5 de setembro de 2010 <https://larepublica.pe/archivo/482938-donde-debe-estar-el-huascar/>
- La Tribuna*. (s.a.). 6 de agosto de 1974.
- La Tercera* (s.a.). <https://www.latercera.com/noticia/alusion-de-ravinet-a-posible-devolucion-del-huascar-a-peru-abre-debate-entre-parlamentarios-2/>
- Lagránge, Louis Chancel de. *A Tomada do Rio de Janeiro em 1711 por Duguay-Trouin*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1967.
-

- Ministério das Relações Exteriores. *Informação ao Presidente da República*. n. 304. 12/11/1975.
- Ministério das Relações Exteriores. *Despacho ao Memorandum ARC/34*. 31 de março de 1976.
- Loeza, Soledad. “La Visita Del General De Gaulle a México: El Desencuentro Francomexicano.” *Foro Internacional*. v. 31, n. 2 (1990): 294–313.
- Nora, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares.”. *Projeto História*, n. 10 (1993): 7-28
- Nightingale, Danny. *Bulford Military Court Centre. Sentencing remarks of HHJ Jeff Blackett*. 25/7/2013. Disponível em <https://web.archive.org/web/20130823050521/http://www.judiciary.gov.uk/Resources/JCO/Documents/Judgments/130725-nightingale-sentencing-remarks.pdf>
- Novakova, Lucia; Salyova, Romana. “Celebrating victory: art and war booty in Classical Greece.” *Ilria Internacional Revie*, v. 9, n.2 (2019): 191-201.
- Novedades (s.a.) 6/3/1964
- Offroy, Raymond. “De Gaulle et l’Amérique latine”. *Espoir*, n. 61 (1987) : 27-57.
- Orwell, George. 1984. London: Secker and Warburg, 1949.
- Peru. “Manual de Derecho Internacional Humanitario y Derechos Humanos para las Fuerzas Armadas”. *Resolución Ministerial No. 049-2010/ DE/VP*. 21 de maio de 2010.
- Pinker, Steven. *The better angels of our nature*. New York: Viking, 2011.
- Reta, Jose Oroz e Manuel Casquero. eds. *San Isidoro de Sevilla. Etimologías, vol.I-II*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982.
- Rich, John. “Roman rituals of war”. Em *The Oxford Handbook of Warfare in the Classical World*. org. Bryan Campbell e Bryan Trittle, 542-68. Oxford: Oxford Handbooks, 2013. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780195304657.013.0028>
- Radio Pública Peruana (s.a.)*. 16 de agosto 2010. Disponível em <https://rpp.pe/politica/actualidad/ministro-ravinet-chile-esta-renovando-su-sistema-de-defensa-antiaereo-noticia-288225>
- Senado Federal. *Ofício n. 460*. 7 de junho de 1983.
- Stoiani, Raquel. “Da Espada à Águia: Construção Simbólica do Poder e Legitimação Política de Napoleão Bonaparte.” Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2002.
- Tetteris, Karin. “The embodiment of victory. Heritagization of war trophies in early modern Sweden.” Dissertação de Mestrado, Estocolmo, Universidade de Estocolmo, 2014.
- Tiempo*. vol. XLIV. num. 1141. (s.a.). 16 de março de 1964
- Vance, J. F. . “Tangible Demonstrations of a Great Victory: War Trophies in Canada”. *Material Culture Review*, n. 42 (1995): 47-56.
- Vaïsse, Maurice. *La Grandeur: politique étrangère du général de Gaulle*. Paris: Fayard, 1998.
- Zétola, Bruno Miranda. “Triunfos militares e legitimação de poder na antiguidade romana”. *Mé□ tis*, 5, (2006): 35-59.

Recebido: 24 de junho de 2020

Aprovado: 21 de julho de 2020
